



PREFEITURA DE SANTOS - SP

ENFERMEIRO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Políticas Públicas de Saúde e SUS
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal, Ética e Serviço Público (On-line)



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca - IBAM

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 74/2026 – SEPLA-RH

Prefeitura Municipal de Santos - SP

Enfermeiro

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Enfermeiro de acordo com o Edital nº 74/2026 – SEPLA-RH, da Prefeitura Municipal de Santos - SP.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca IBAM, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal, Ética e Serviço Público disponível em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	1
■ LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS.....	1
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA, ASSUNTO, FINALIDADE, INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS.....	3
IDENTIFICAÇÃO DE TESE, ARGUMENTOS, CONCLUSÃO E FINALIDADE COMUNICATIVA	3
■ RELAÇÕES LÓGICO-DISCURSIVAS	5
COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL	5
CONECTORES	9
PRONOMES	29
■ SIGNIFICAÇÃO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES EM CONTEXTO	10
DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	10
SINONÍMIA E ANTONÍMIA	10
AMBIGUIDADE, PARÁFRASE E INFERÊNCIA	10
PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS.....	11
■ GÊNEROS TEXTUAIS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS, INSTITUCIONAIS, NORMATIVOS, INFORMATIVOS E DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS	12
TEXTOS DA ÁREA DA SAÚDE.....	15
PRONTUÁRIOS, RELATÓRIOS, REGISTROS, ORIENTAÇÕES, COMUNICADOS, PROTOCOLOS, NOTAS TÉCNICAS, FORMULÁRIOS E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	16
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	17
ACENTUAÇÃO GRÁFICA E PONTUAÇÃO	19
■ CLASSES DE PALAVRAS E SEUS EMPREGOS.....	23
FLEXÃO NOMINAL.....	24
Colocação Pronominal	32
EMPREGO DOS TEMPOS, MODOS E VOZES VERBAIS.....	33
FLEXÃO VERBAL.....	33
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	40
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	44
■ CRASE	46

ESTRUTURA DO PERÍODO SIMPLES E DO PERÍODO COMPOSTO E ARTICULAÇÃO ENTRE PERÍODOS E PARÁGRAFOS	48
COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO.....	55
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS COM PRESERVAÇÃO DO SENTIDO, DA CORREÇÃO GRAMATICAL E DA COERÊNCIA	59
ADEQUAÇÃO VOCABULAR	61
■ CLAREZA, OBJETIVIDADE, IMPESSOALIDADE, PRECISÃO E CORREÇÃO NA COMUNICAÇÃO TÉCNICA E INSTITUCIONAL	64
■	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E SUS.....	1
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1
SEGURIDADE SOCIAL.....	1
DIREITO À SAÚDE: SAÚDE COMO DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO.....	4
■ LEI Nº 8.080/1990 – RELEVÂNCIA PÚBLICA DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, RESOLUTIVIDADE, INTERSETORIALIDADE, ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA INTEGRAL E FARMACÊUTICA, CONDIÇÕES PARA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE E ATUAÇÃO COMPLEMENTAR DA INICIATIVA PRIVADA.....	8
OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES DO SUS.....	10
Princípios e Diretrizes: Universalidade, Integralidade e Igualdade da Assistência à Saúde, Descentralização.....	12
Participação Social, Regionalização e Hierarquização	13
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.....	15
FINANCIAMENTO DA SAÚDE.....	27
■ DIRETRIZES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DESCENTRALIZAÇÃO, ATENDIMENTO INTEGRAL, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E COMPETÊNCIAS DO SUS	30
■ VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA: DOENÇAS E AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA, PREVENÇÃO DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E NÃO TRANSMISSÍVEIS E ENFRENTAMENTO DE AGRAVOS DE RELEVÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.....	31
■ VIGILÂNCIA SANITÁRIA.....	39
■ VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR.....	40
■ ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	41
■ LEI Nº 8.142/1990	41

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DO SUS, CONFERÊNCIAS DE SAÚDE, CONSELHOS DE SAÚDE, TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS DE RECURSOS FINANCEIROS E CONTROLE SOCIAL	41
--	----

■ DECRETO Nº 7.508/2011, RELAÇÃO NACIONAL DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS E CONTRATO ORGANIZATIVO DA AÇÃO PÚBLICA DA SAÚDE.....	44
---	----

ORGANIZAÇÃO DO SUS, REGIÕES DE SAÚDE, REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE, PORTAS DE ENTRADA, MAPA DA SAÚDE, PLANEJAMENTO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA À SAÚDE.....	44
--	----

■ LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012: APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, DESPESAS COM SAÚDE E TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE.....	51
---	----

■ POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA	56
---	----

PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 2/2017, ANEXO XXII, COM ORIGEM NA PORTARIA M/MS Nº 2.436/2017.....	56
--	----

■ ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	61
-------------------------------------	----

TERRITORIALIZAÇÃO	62
-------------------------	----

ADSCRIÇÃO DE CLIENTELA.....	62
-----------------------------	----

CADASTRAMENTO	62
---------------------	----

VÍNCULO.....	62
--------------	----

COORDENAÇÃO DO CUIDADO	63
------------------------------	----

LONGITUDINALIDADE	63
-------------------------	----

ACOLHIMENTO	63
-------------------	----

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	64
-----------------------------	----

TRABALHO EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL.....	64
---	----

AÇÕES PROGRAMÁTICAS	64
---------------------------	----

VISITAS DOMICILIARES.....	64
---------------------------	----

PROMOÇÃO DA SAÚDE.....	65
------------------------	----

PREVENÇÃO DE AGRAVOS	65
----------------------------	----

EDUCAÇÃO EM SAÚDE.....	65
------------------------	----

■ REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE.....	66
---------------------------------	----

ORGANIZAÇÃO DO CUIDADO POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE, LINHAS DE CUIDADO, REFERÊNCIA E CONTRAREFERÊNCIA, REGULAÇÃO DO ACESSO, ATENÇÃO ÀS CONDIÇÕES AGUDAS E CRÔNICAS E ATENÇÃO INTEGRAL CONFORME CICLO DE VIDA, CONDIÇÃO DE SAÚDE, VULNERABILIDADE, RISCO SANITÁRIO E NECESSIDADE DE CUIDADO	66
---	----

■ POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO: ACOLHIMENTO, CLÍNICA AMPLIADA, PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR, AMBIÊNCIA, GESTÃO PARTICIPATIVA E DEFESA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS	69
■ VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	76
■ VIGILÂNCIA AMBIENTAL	87
■ INVESTIGAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA E SURTOS	87
■ PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES	88
■ CADEIA DE FRIO E EVENTOS ADVERSOS PÓS-VACINAÇÃO	96
■ INDICADORES DE SAÚDE	97
■ SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	99
■ PRONTUÁRIO ELETRÔNICO.....	103
■ SEGURANÇA DO PACIENTE	105
PORTARIA GM/MS Nº 529/2013	105
PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE E IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.....	111
■ COMUNICAÇÃO EFETIVA.....	116
■ SEGURANÇA NA PRESCRIÇÃO, USO E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS	116
■ CIRURGIA SEGURA, HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS E PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE.....	118
■ PREVENÇÃO DE QUEDAS	120
■ PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO.....	120
■ BIOÉTICA E SAÚDE PÚBLICA.....	120
AUTONOMIA	122
BENEFICÊNCIA	123
NÃO MALEFICÊNCIA	123
JUSTIÇA	123
CONSENTIMENTO INFORMADO.....	124
SIGILO	125
CONFIDENCIALIDADE	125
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM SAÚDE.....	125
■ EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE, TRABALHO INTERPROFISSIONAL, PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	126

■ APOIO MATRICIAL	126
■ CUIDADO CENTRADO NA PESSOA E INTEGRALIDADE DO CUIDADO	127
■ DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO, VULNERABILIDADE, RISCO E EQUIDADE.....	128
■ PROMOÇÃO DA SAÚDE	130
■ URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO SUS	130
■ ATENDIMENTO INICIAL E SUPORTE BÁSICO DE VIDA	131
■ ARTICULAÇÃO COM SERVIÇOS DE PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, UNIDADES HOSPITALARES E ATENÇÃO BÁSICA.....	139
■ SAÚDE MENTAL NO SUS, ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CUIDADO EM LIBERDADE E CRISE EM SAÚDE MENTAL	140
■ ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	142
■ PREVENÇÃO DO SUICÍDIO E ARTICULAÇÃO EM REDE.....	144
■	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....1

■ LEI Nº 7.498, DE 1986	1
DECRETO Nº 94.406, DE 1987	4
■ LEI Nº 5.905, DE 1973; EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM; ATRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO, RESPONSABILIDADE TÉCNICA, ÉTICA PROFISSIONAL, SIGILO, REGISTROS DE ENFERMAGEM, PRONTUÁRIO, DOCUMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.....	7
■ RESOLUÇÃO COFEN Nº 736, DE 2024.....	10
■ SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM.....	14
PROCESSO DE ENFERMAGEM.....	16
COLETA DE DADOS.....	17
DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM	18
PLANEJAMENTO	19
IMPLEMENTAÇÃO	20
EVOLUÇÃO	21
AVALIAÇÃO	21
PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM	22

PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS	23
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	24
ACOLHIMENTO	25
CUIDADO CENTRADO NO PACIENTE E NA FAMÍLIA	26
ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: TERRITORIALIZAÇÃO, VISITA DOMICILIAR, CADASTRAMENTO, GRUPOS EDUCATIVOS	27
■ FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM	30
SINAIS VITAIS.....	30
EXAME FÍSICO	35
■ HIGIENE E CONFORTO; MOBILIZAÇÃO; POSICIONAMENTO	43
■ PREVENÇÃO DE QUEDAS	49
■ PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO.....	49
■ OXIGENOTERAPIA	50
■ NEBULIZAÇÃO.....	54
■ SONDAGENS; CATETERISMO VESICAL.....	55
■ CURATIVOS.....	60
■ COLETA DE MATERIAIS PARA EXAMES	65
■ PREPARO E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS	69
VIAS DE ADMINISTRAÇÃO; CÁLCULO DE DOSAGEM; DILUIÇÃO; INFUSÃO; COMPATIBILIDADE; REAÇÕES ADVERSAS; SEGURANÇA NA MEDICAÇÃO	69
■ BIOSSEGURANÇA	85
PRECAUÇÕES PADRÃO; PRECAUÇÕES POR CONTATO, GOTÍCULAS E AEROSSÓIS; HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS; USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	85
■ LIMPEZA, DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS	87
PROCESSAMENTO DE ARTIGOS; GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE; PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE	87
■ ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA E ATENÇÃO BÁSICA – AÇÕES DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE	99
■ VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	101
■ IMUNIZAÇÃO E CALENDÁRIO VACINAL.....	103
■ CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS; SALA DE VACINA; EVENTOS ADVERSOS PÓS- VACINAÇÃO	111

■ DOENÇAS E AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA	114
■ INVESTIGAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA	123
■ ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER: PRÉ-NATAL, PUERPÉRIO	124
Triagem Neonatal.....	124
ALEITAMENTO MATERNO	126
Planejamento Reprodutivo	127
Prevenção do Câncer de Colo do Útero e de Mama	127
Climatério	127
■ VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	128
■ ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – PUERICULTURA, ALIMENTAÇÃO INFANTIL.....	131
CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO	131
AGRAVOS PREVALENTES NA INFÂNCIA	131
Prevenção de Acidentes	132
Proteção Integral contra Violência, Negligência e Maus-Tratos	134
■ ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO E DA PESSOA IDOSA.....	135
CUIDADO À PESSOA IDOSA	136
■ DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS	137
DOENÇAS CARDIOVASCULARES	137
Hipertensão Arterial.....	140
Obesidade.....	141
Diabetes Mellitus	142
DOENÇAS RENAIS	143
DOENÇAS RESPIRATÓRIAS.....	147
■ FRAGILIDADE, QUEDAS, DEMÊNCIAS E POLIFARMÁCIA	154
■ CUIDADOS PALIATIVOS	157
■ ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.....	158
■ SUORTE BÁSICO DE VIDA.....	159
PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA.....	159
ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL	160
INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO	161

CONVULSÕES	161
CRISE HIPERTENSIVA	162
■ CHOQUE E ANAFILAXIA	163
TRAUMA	166
HEMORRAGIAS	168
QUEIMADURAS	171
INTOXICAÇÕES	178
HIPOGLICEMIA	178
Atendimento Inicial	179
Encaminhamento	180
■ ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL	180
ACOLHIMENTO	181
RISCO DE SUICÍDIO	181
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	182
REDUÇÃO DE DANOS	182
Articulação com a Rede de Atenção Psicossocial	182
■ GESTÃO EM ENFERMAGEM	183
DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL, LIDERANÇA E EDUCAÇÃO PERMANENTE	183
■ GERENCIAMENTO DE MATERIAIS	188
■ INDICADORES ASSISTENCIAIS	189
■ AUDITORIA EM ENFERMAGEM	192
■ SEGURANÇA DO PACIENTE E COMUNICAÇÃO EFETIVA	193
■ PASSAGEM DE PLANTÃO	193
■ TRABALHO EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	196

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

Sendo assim, no tipo textual **narrativo**, podemos identificar uma organização cronológica e espacial no desenvolvimento das ações, marcada, por exemplo, pelo uso do pretérito imperfeito.

Na **descrição**, podemos organizar as ideias do texto a partir da marcação de adjetivos e demais sintagmas nominais; na **argumentação**, esse encadeamento de ideias fica marcado pelo uso de conjunções e elementos que expõem uma ideia ou ponto de vista.

No **processamento interpretativo indutivo**, as ideias são organizadas a partir de uma especificação para uma generalização. Vejamos um exemplo:

Eu não sou literato, detesto com toda a paixão essa espécie de animal. O que observei neles, no tempo em que estive na redação do O Globo, foi o bastante para não os amar, nem os imitar. São em geral de uma lastimável limitação de ideias, cheios de fórmulas, de receitas, só capazes de colher fatos detalhados e impotentes para generalizar, curvados aos fortes e às ideias vencedoras, e antigas, adstritos a um infantil fetichismo do estilo e guiados por conceitos obsoletos e um pueril e errôneo critério de beleza. (Barreto, 2010, p. 21)

O trecho em destaque na citação do escritor Lima Barreto, em sua obra *Recordações do escrivo Isaías Caminha* (1917), identifica bem como o pensamento indutivo compõe a interpretação e decodificação de um texto.

Para deixar ainda mais evidente as estratégias usadas para identificar essa forma de interpretar, apresentamos, a seguir, dicas de como buscar a organização cronológica de um texto.

PROCURE SINÔNIMOS	A propriedade vocabular leva o cérebro a aproximar as palavras que têm maior associação com o tema do texto
ATENÇÃO AOS CONECTIVOS	Os conectivos (conjunções, preposições, pronomes) são marcadores claros de opiniões, espaços físicos e localizadores textuais

A DEDUÇÃO

A leitura de um texto envolve a análise de diversos aspectos que o autor pode apresentar de forma explícita ou implícita no enunciado.

Atenção! Em questões de concurso, as bancas costumam buscar, nos enunciados implícitos do texto, aspectos para abordar em suas provas.

No momento de ler um texto, o leitor articula seus conhecimentos a partir de uma informação que julga certa, buscando uma interpretação; assim, o processo de interpretação por dedução envolve a formulação e a testagem de hipóteses e a predição (Kleiman, 2016):

Ao formular hipóteses o leitor estará predizendo temas e ao testá-las ele estará depreendendo o tema; ele estará também postulando uma possível estrutura textual; na predição ele estará ativando seu conhecimento prévio, e na testagem ele estará enriquecendo, refinando, checando esse conhecimento. (Kleiman, 2016)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E SUS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

SEGURIDADE SOCIAL

A seguridade social garante os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social e é um conjunto de ações dos poderes públicos e da sociedade; é consagrada do art. 194 ao art. 204 da CF.

Os objetivos da seguridade social são de observância obrigatória e estão enumerados nos incisos do art. 194 da CF. Acompanhe, a seguir, os dispositivos mencionados seguidos de breve explicação:

Art. 194 *A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

Desse modo, todas as pessoas devem ter acesso à saúde, previdência e assistência social.

Art. 194 [...]

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

Em resumo, não é possível discriminar ou retirar direitos sociais do indivíduo.

Art. 194 [...]

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

Ou seja, deve-se atingir o maior número possível de pessoas necessitadas de acordo com a possibilidade econômica do sistema da seguridade social.

Art. 194 [...]

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

Todos os benefícios decorrentes da seguridade social devem ser irredutíveis.

Art. 194 [...]

V - equidade na forma de participação no custeio;

Em suma, trata-se da participação que cada contribuinte deve ter com a seguridade social, conforme sua capacidade contributiva.

Art. 194 [...]

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para

cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;

A seguridade social será financiada por toda a sociedade, não estando limitada a uma única fonte de receita.

Art. 194 [...]

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados;

Desta maneira, a seguridade terá a participação democrática e uma gestão descentralizada.

Conforme dispõe o art. 195, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, nos termos da lei, sendo direta (mediante o pagamento das contribuições sociais) ou indireta (previsão na lei orçamentária anual) e mediante recursos provenientes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das contribuições sociais:

Art. 195 *A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)*

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social;

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

V - sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

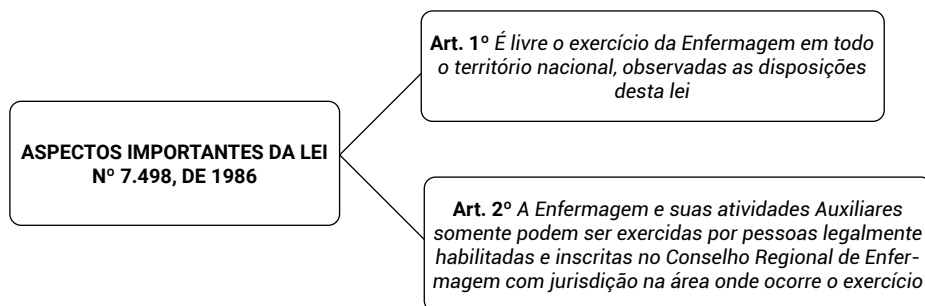
Nos termos da lei	
Direta Contribuições sociais	Indireta Recursos orçamentários
Recursos provenientes dos orçamentos	Contribuições sociais (incisos I, II, III e IV art. 195 da CF)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEI Nº 7.498, DE 1986

A Lei nº 7.498, publicada em 25 de junho de 1986, dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, bem como dá outras providências.

Vale ressaltar que a Lei nº 7.498, de 1986, foi composta originalmente por 27 artigos. Diversos foram vetados com o passar dos anos até que se tivesse o texto que temos hoje.



O art. 1º apresenta que o exercício da enfermagem é livre em todo o território nacional, desde que sejam observadas todas as disposições dessa legislação, que, como será visto a seguir, inclui a exigência de que o profissional obtenha diploma válido no território nacional.

O art. 2º reforça que as atividades da enfermagem, assim como as atividades auxiliares a ela, somente podem ser exercidas por pessoas que estejam legalmente habilitadas; também devem estar inscritas no respectivo Conselho Regional de Enfermagem (Coren) de onde atuam, ou seja, no Coren com jurisdição na área onde o profissional pratica o exercício da profissão. Vale ressaltar, assim, que só o diploma não é suficiente.

Por exemplo, se um profissional vai trabalhar na cidade de Belo Horizonte, ele deverá estar inscrito no Coren do Estado de Minas Gerais. Veja o que afirma a Lei nº 7.498, de 1986:

Art. 2º [...]

Parágrafo único. A Enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação.

A enfermagem é exercida pelos seguintes agentes:

- enfermeiro(a);
- técnico(a) em enfermagem;
- auxiliar de enfermagem;
- parteiro(a).

Vale destacar que, aqui, não há a presença da doula e do agente comunitário de saúde. Isso quer dizer que essas profissões não fazem parte da equipe de enfermagem. Não caia nessa “pegadinha”.

Atenção às prescrições dos arts. 3º e 4º, da Lei nº 7.498, de 1986:

Art. 3º O planejamento e a programação das instituições e serviços de saúde incluem planejamento e programação de enfermagem.

Art. 4º A programação de enfermagem inclui a prescrição da assistência de enfermagem.

No art. 3º, é visto que “[...] o planejamento e a programação das instituições e serviços de saúde incluem planejamento e programação de enfermagem”, o que reforça a importância da participação das equipes de enfermagem dentro das instituições de saúde.

Quando se fala em programação das atividades de enfermagem, o art. 4º dispõe que, dentro das atividades de programação, está inclusa a prescrição da assistência de enfermagem.

Cumprе ressaltar que o art. 5º da referida lei e seus dois parágrafos foram **vetados posteriormente**.

A seguir, a lei dispõe as definições de cada categoria dentro da enfermagem.

Art. 6º São enfermeiros:

I - o titular do diploma de Enfermeiro conferido por instituição de ensino, nos termos da lei;

II - o titular do diploma ou certificado de Obstetriz ou de Enfermeira Obstétrica, conferido nos termos da lei;

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO